

As propostas GAZETA MERCANTIL do Brasil 26 SET 1989 aos credores

por Getulio Bittencourt
de Nova York

As necessidades brasileiras de financiamento para fechar o balanço de pagamentos este ano oscilam entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 4,6 bilhões, segundo afirmou ao comitê assessor de bancos do País o secretário internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral.

Uma fonte ligada ao comitê confirmou os números a este jornal. Amaral limitou-se a informar que o governo apresentou aos banqueiros necessidades de financiamento externo conforme diferentes cenários no fechamento do balanço de pagamentos. O governo apresentou aos banqueiros algumas propostas alternativas de redução do serviço e da dívida.

A primeira é a capitalização de juros. A segunda, o lançamento de uma nova série de bônus de saída ("exit bonds"). A terceira, a captação de dinheiro novo (entre US\$ 2,5 bilhões e US\$ 4,6 bilhões). E, enfim, a conversão de dívida por investimento que não implique expansão da base monetária, e o repasse para projetos do governo.

A hipótese de dinheiro novo depende de outras va-

riáveis, ou seja, quanto o País conseguirá receber este ano dos bancos comerciais, Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI) e governo japonês.

E a mais nova das alternativas é a da volta da conversão por investimento com uma nova origem. A conversão não se daria a partir da dívida principal, porque ela altera o estoque da dívida mas não o fluxo de recursos para o exterior, e sim a partir do serviço, dos juros pagos anualmente.

Em vez de recebê-los, os bancos investiriam internamente esses recursos em programas de privatização de empresas.

Outras fórmulas foram examinadas. Uma delas é a renegociação dos juros (US\$ 1,6 bilhão vencidos este mês), mas o governo brasileiro descartou a possibilidade, argumentando que seria um simples adiamento e não uma solução para o problema. Aqui os juros seriam incorporados ao principal por um prazo curto (dois ou três anos). Os brasileiros entenderam que a idéia só fica atraente com prazo longo (a partir de dez anos), que os bancos no momento descartam.

(Ver páginas 7 e 20)